

O possível espaço público de uma escritora: Amélia Rodrigues

*Ivía Alves**

Dentro de cem anos [...] as mulheres terão deixado de ser o sexo protegido. Logicamente, participarão de todas as atividades e esforços que, no passado, lhes foram negados.

Virginia Woolf (1929)

Resumo

Trata-se de uma análise do contexto cultural e das ideologias que percorriam o século XIX, especificamente no recôncavo baiano. O estudo parte das condições de produção da escritora Amélia Rodrigues e das limitações e liberdades que ela podia operar em seus textos.

Palavras-chave: Amélia Rodrigues. Contexto cultural. Feminismo. Relações de gênero e poder.

Sabe-se muito pouco sobre a vida de Amélia Rodrigues. Os dicionários e histórias literárias que registram sua atuação na vida cultural, principalmente da Bahia, indicam poucos elementos sobre sua vida.

Nascida em 26 de maio de 1861, em Oliveiros de Campinhos, subdistrito da principal região produtora de cana-de-açúcar – Santo Amaro, na Bahia –, Amélia Rodrigues¹ era de uma família sem fortuna nem terras, fato que pode ter dificultado sua atuação no âmbito público, seja como escritora, seja como jornalista. De seus pais pouco se sabe, além dos nomes Félix Rodrigues e Maria Roquelina Rodrigues.

Desde muito cedo foi encaminhada para o estudo. Provavelmente, sua família tinha os pés no chão e sabia que na sociedade de sua época histórias de

* UFBA/NEIM - CNPq.

contos de fada não acontecem e, portanto, não haveria nenhuma história de *Cinderela* para sua filha. Assim, dado o desnível social da jovem Amélia, seus pais preferiram investir em sua educação e profissionalização.

Educada, inicialmente, por um padre, primo distante da família, pôde continuar seus estudos sempre sob a orientação de representantes da Igreja, embora a ensinassem na formação mais adiantada os professores Antônio de Araújo Gomes de Sá e Manuel Rodrigues Martins de Almeida. Sua formação, portanto, foi acima da média das moças do lugar, inclusive das filhas dos senhores de engenho. Aprendeu e leu os clássicos, latim, francês, alemão; teve iniciação às ciências e à matemática, construindo um conjunto de conhecimentos que se pode considerar de uma formação eclética, e um toque de erudição.

Aos 17 anos ingressou numa escola formal – a escola particular dirigida pela professora Cândida Álvares dos Santos, localizada em Santo Amaro, para a preparação ao magistério. E já aos 19 anos, em 1880, a futura escritora concorreu a uma vaga de professor primário em concurso público para uma escola de Santo Amaro, tirando o primeiro lugar.

Embora Amélia Rodrigues escrevesse versos desde os 12 anos, só apareceu na cena pública em 1879, publicando poemas esparsos em periódicos de Santo Amaro e alguns nos jornais da capital.

Em 1883, finalmente, aos 22 anos, publicou um longo poema, intitulado “Filenila”.²

Três anos depois estreou no teatro encenando no Teatro de Santo Amaro, a região mais rica do Recôncavo junto com Cachoeira, a peça *Fausta*, produção que nunca foi publicada.³ O drama, em quatro atos, teve grande repercussão, sendo a autora ovacionada pelo público e levada à casa por um grande número de espectadores acompanhados da Banda Municipal.

Chegava Amélia Rodrigues, aos 25 anos, a ser reconhecida pela comunidade local, mas ainda iria galgar novos espaços, embora por sua condição de mulher branca, mas pobre e solteira, seu itinerário tenha sido bem difícil, cheio de algumas estratégias, negociações e renúncias.

Tanto os poemas, publicados ao longo de quase duas décadas em jornais locais, quanto a peça *Fausta* indiciam seu engajamento na causa abolicionista, bem como o foco central da peça nega o senso comum dos senhores de escravos da região de que os escravos não tinham condições intelectuais para raciocinar. A jovem autora contesta essa visão de mundo local, colocando em primeiro plano tanto uma jovem da aristocracia açucareira quanto o seu escravo Lúcio, negro que fora educado junto com seu pai e que, com a morte deste, passara a orientá-la. Para uma jovem era um passo muito grande contradizer a crença dos segmentos dominantes, que consideravam impossível instruir um negro e escravo.

Entretanto, a peça deu a chance de que precisava Amélia Rodrigues para intensificar sua colaboração no jornal *Eco Santamarense*,⁴ inclusive

escrevendo dois folhetins. Um deles, *O mameluco*, enfoca o drama dos mestiços que perdiam suas terras para senhores de engenho.⁵ O folheto de 22 capítulos pode ser lido como uma resposta intertextual aos romances *Iracema* (filho, Moacir), de José de Alencar, e *A moreninha*, de Macedo (com a recriação da lenda atualizada entre amantes de etnias diferentes), além de destacar a vida das camadas mais pobres da população: mestiços e escravos.

Por essa época, ela já vinha se insinuando nos jornais diários da capital, escrevendo prosa ou verso, mas sempre sob pseudônimos. E assumiu vários deles: Borboleta (revista *Cidade do Salvador*, com a seção: “Entre rosas”), Zé d’Aleluia (revista *Cidade do Salvador*, com a seção “Musa alegre”), Marfisa e Dinorah.

Sua vida literária vinha se consolidando quando se deu a morte de seu pai, que, para a época, era visto como um protetor e incentivador da criação de sua filha. Com a morte do pai, Amélia Rodrigues transferiu-se para a capital da Bahia e recomeçou toda a sua vida profissional e de escritora. Mas, sendo mulher, os ventos do jornalismo não sopravam para seu lado, obrigando-a a usar de estratégias para divulgar suas criações.⁶

Foi sob o pseudônimo de Dinorah (e suas crônicas da atualidade escritas para uma jovem noviça) que ela encontrou espaço na revista mensal *Leituras Religiosas*.

A partir daí aproximou-se mais da Igreja e da imprensa religiosa, por

meio dos Salesianos. Lutou muito para que os Irmãos Salesianos se instalassem em Salvador, pronunciando vários discursos em favor da religião católica, da preparação do jovem sacerdote, conclamando as senhoras para uma atuação mais profícua junto aos velhos e crianças abandonadas, além de se envolver na construção da igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro de Nazaré, solicitando donativos. Foi nessa época que reuniu seus poemas dispersos no livro *Bem-me-queres*, que publicou com a intenção (ou estratégia?) de angariar donativos para a edificação da referida igreja.

Mulher ativa, Amélia fundou o Instituto Maternal, no bairro de Nazaré, escola particular para o ensino das primeiras letras às crianças. A novidade era ser um colégio misto. No entanto, em 1905, os moradores de Itapagipe, por não existir semelhante ensino no bairro, solicitaram à pedagoga que transferisse sua escola. Atendido o pedido, Amélia fundou novo educandário, com o nome de Instituto Maria Auxiliadora, no palacete Cotegipe, na Baixa do Bonfim.

Envolvida com as obras da Igreja, a escritora fundou em 1909 a Liga das Senhoras Católicas e a revista *A Paladina*, mais tarde tomando o nome, sob nova direção, de *A Paladina do lar*) para deter a rápida irradiação das idéias laicas pela sociedade, enquanto o catolicismo perdia terreno para as ciências e para o protestantismo.

Envolvida, então, na obra da Igreja e percebendo as mudanças que se operavam com a República, a escri-

tora assumiu a tarefa de congregar as senhoras da sociedade para uma atuação efetiva dentro do lar – sendo esposa e mãe, o que significava ensinar e formar os filhos na doutrina católica – e na sociedade – ajudando nas campanhas para os asilos, confeccionando roupas, proporcionando uma profissionalização, como costureira, chapeleira, bordadeira, às moças das camadas pobres,

Em 1910, o grupo mais atuante da Liga fundou, sob a responsabilidade de Amélia Rodrigues, a revista totalmente escrita por mulheres *A Paladina*. O noticiário nacional e internacional (opinião predominantemente masculina) já vinha deturpando as idéias feministas, principalmente recriminando as atitudes das mulheres no tocante às passeatas e boicotes dos grupos militantes ingleses e norte-americanos. Com isso, a posição dos jornais e revistas da época que divulgavam os fatos era contra o feminismo, impossibilitando à mulher expressar qualquer reivindicação, pois poderia ser chamada de “feminista”. Criava-se em torno do feminismo uma desqualificação de suas adeptas, considerando-as mulheres masculinizadas ou contrárias à família e ao papel de mãe. Construía-se, assim, um preconceito a qualquer manifestação ou questionamento sobre igualdades.

A escritora, como sempre uma negociadora, apesar de não ir contra o preconceito da sociedade, lutou para que a mulher (de todos os segmentos sociais) alcançasse um lugar na sociedade, fosse pela profissão, fosse pela sua atuação fora do ambiente

doméstico. Como consequência e orientando-se pelo projeto da Igreja, Amélia Rodrigues partiu para uma atuação mais direta junto ao público feminino escrevendo e proferindo conferências, como, por exemplo, a palestra intitulada “A verdadeira missão social da mulher” (1907).⁷

Depois da aposentadoria, do fracassado colégio particular, a escritora mudou-se para o Rio de Janeiro, especificamente Niterói, local onde estão situadas as gráficas dos Irmãos Salesianos, tornando-se organizadora, editora e revisora de várias publicações mensais da irmandade religiosa. Paralelamente e por essa mesma editora, foi publicando suas produções. Escreveu várias peças de teatro para crianças, num feminismo didático e formador da nova geração, entremeando peças avançadas com peças que ainda colocam o senso comum dos seus leitores dos segmentos médios. Assim, se na peça *Progresso feminino* reitera uma posição ambígua, muito próxima à ideologia dominante na sociedade, sua posição é totalmente diversa quando transcreve, em 1921, seu discurso *O feminismo e o lar*.

As atitudes de Amélia Rodrigues nos últimos anos de vida tornaram-se cada vez mais ambíguas, provavelmente porque ela não podia defender explicitamente uma situação melhor para a mulher, porque seu público ou o seu veículo, editora da Igreja, prendia as rédeas de seu posicionamento.

Mas é interessante, ao percorrer sua vida literária, observar que a autora procurou agregar as mulheres em torno de revistas (editadas

por tipografias católicas), seja com *A Paladina*, seja, dois anos mais tarde, ainda em Salvador, com *A Voz da Liga das Senhoras Católicas Baianas*⁸ (em 1912), seja, mais tarde, no Rio, com a *Luz de Maria*.

Em outubro de 1918 viajou para o Rio de Janeiro, de onde retornou em dezembro com o convite de dirigir a Aliança Feminina. Retornou no ano seguinte e passa a exercer várias funções nas Tipografias Salesianas, embora alimentasse o desejo de transferir-se para a recém-fundada Editora Vozes, localizada em Petrópolis, a fim de trabalhar mais próximo do seu parceiro, padre Sinzing, fato que nunca aconteceu. Com ele, escreveu vários hinos religiosos e colaborou com a sua produção ao escrever alguns artigos por ele assinados.⁹

Intensificou-se sua atividade como articulista publicando nos mais diversos periódicos do país, dividindo seu tempo, ainda, como tradutora de textos estrangeiros. Observa-se em sua correspondência, parcialmente transcrita por Aparecida Paiva, que a escritora queixava-se de não ter tempo para a sua criação. É verdade, pois, ao lado de textos curtos, ela vinha escrevendo as principais partes da Bíblia em versos, destinando o livro para as crianças. *Flores da Bíblia* é um texto em verso escrito em dois volumes e que teve uma vida acidentada. O primeiro volume veio à luz enquanto Amélia ainda estava viva, mas a segunda parte só foi publicada vários anos após sua morte, por interesse e empenho do padre Sinzing.¹⁰

Amélia Rodrigues passou o último lustro de sua vida no Rio de Janeiro, precisamente em Niterói. Sua vivência com um meio maior e mais cosmopolita, como o Rio de Janeiro, implementou-a com mais eficazes estratégias de sobrevivência literária, bem como conseguiu tirar certas amarras que a divulgação da doutrina católica a fez adotar e que a prendeu a determinada conduta de negociações. Mas não será por isso que não se deva dar a devida dimensão de sua luta para escrever e divulgar suas criações, nem mesmo esquecer que essa luta travada pela mulher, com tendências a escritora, vivenciando os impedimentos entre o ambiente público e o privado, não se torne um registro de uma determinada época da sociedade baiana e brasileira.

A escritora voltou para Salvador, já doente, em 1926, meses antes de falecer, em agosto de 1926. Na época do falecimento, bem como no cinquentenário de sua morte, foi reverenciada pela sociedade, pelas congregações religiosas e pelos acadêmicos.¹¹

O contexto e as condições de produção da escritora

Amélia Rodrigues viveu num período de grandes transformações acontecidas no Brasil: nasceu e tornou-se adulta durante o Segundo Reinado, vivendo e se engajando no abolicionismo, nos ideais republicanos, que, de alguma maneira, deram um papel de destaque à mulher. Viveu a ruptura

do governo com a Igreja Católica, presenciou a invasão das idéias laicas e o peso da responsabilidade da mulher de exercer vigilância sobre a educação de sua prole dentro da doutrina católica. Angustiou-se com a passividade da mulher da província, que ainda vivia enclausurada, sobrevivendo num regime colonial e patriarcal, mas cuidou de não deixar sobreviver as idéias mais radicais do movimento sufragista de influências inglesa e norte-americana, estigmatizados como protestantes e, portanto, inadequados para um país católico.

Sofreu, enfim, como mulher a impossibilidade de ter o direito de ser livre, de ser igual e lutar por um lugar na literatura, que até então era um reduto masculino. Teve de buscar espaço para poder fazer valer sua voz – de mulher.

As restrições para a mulher eram imensas, principalmente para exercer uma profissão ou na área intelectual. Entre outras coisas, pouca importância se dava à educação da mulher e raras, raríssimas, mulheres no fim do século chegaram ao ensino superior, inclusive porque isso era vetado na maioria dos países ocidentais. No Brasil, foi só nas primeiras décadas do século XX que as primeiras mulheres ingressaram no curso superior. Não havia intenção de promover ou investir numa melhor formação porque para a ideologia da época, e mesmo para os princípios burgueses, a tarefa da mulher estava restrita ao lar e às primeiras orientações dos filhos. Para isso bastava que a moça fosse preparada, de pre-

ferência em casa ou por professores particulares, durante dois ou três anos, para apreender um verniz de cultura – português, uma língua estrangeira (de preferência o francês) e dados elementares de desenho, pintura, música e canto.

Quanto às habilidades domésticas, eram aprendidas com a mãe ou com a grande parentela, comadres e escravas.

Assim, a moça tocava piano, mas era-lhe vetada a participação em uma orquestra; esboçava em desenho ou pintura cenas domésticas ou da natureza, mas era proibida de fazer uma exposição pública. Poderia escrever, mas não poderia publicar, nem viver de seu próprio trabalho. A rua lhe era vetada. E nem mesmo em casa tinha muita liberdade. Enquanto moça era vigiada, proibida, mesmo, de ter amigas; já casada, tinha a obrigação de criar a atmosfera de tranquilidade e harmonia, proporcionando o clima de um “lar” para o marido e os filhos.

Até a segunda década do século XX, o estado da Bahia diferia muito do Rio de Janeiro em hábitos e costumes. Enquanto no Rio, as mulheres se reuniam e começavam a publicar revistas dirigidas a suas semelhantes, na Bahia a força da estrutura colonial/latifundiária mantinha a mulher sem estudos e dentro de casa ou nos conventos e ainda se fazia sentir muito forte, interferindo em qualquer possibilidade de mudança de comportamento.

As poucas escritoras que apareciam no cenário jornalístico ou literário vinham legitimadas e protegidas pelos

nobres sobrenomes de família ou do marido, e as mais radicais (aquelas que não abdicaram de tratar determinados temas) resolveram transferir-se para locais mais arejados, como o Rio de Janeiro.

A sociedade colonial, ou mesmo a que começava a emergir na década de 60/70 do século XIX, com os ideais republicanos, delimitava o espaço onde a mulher podia atuar – no lar, isto é, na esfera doméstica. Os ideais republicanos que fundaram a República brasileira não conseguiam afastar do Nordeste a estrutura de três séculos de colonização agrária, latifundiária e escravista. Assim, a mulher (dos segmentos médios e altos) estava confinada ao lar, a uma educação informal, descuidada e subordinada ao marido.

Não era dado à mulher o direito de trabalhar, e a sociedade industrial e burguesa exigia-lhe um papel a ser desempenhado – ser mãe e cuidar dos filhos, mão-de-obra futura para a indústria e cidadãos pacatos para a República.

Trabalhavam para seu sustento apenas as mulheres das camadas mais pobres, enquanto jovens; porém, se casadas, tinham de deixar os empregos. A regra não se aplicava aos escravos e aos seus descendentes livres. Fundamentando esses princípios, a religião, por um lado, e as ciências médicas, por outro, divulgavam a mulher como inferior e, portanto, tendo de ser subserviente ao homem, desdobrando essa “crença” através de várias conclusões, como a incapacidade da mulher para o trabalho físico, visto ser conside-

rada biologicamente frágil. Ela seria incapaz, também, de raciocínios mais abstratos ou refinados, posto que a sua natureza era mais instintiva, mais próxima da mente infantil (da criança). Sua inferioridade provinha, portanto, da sua natureza, não de uma construção cultural proveniente da convergência de vários interesses.

Se no Rio de Janeiro, capital da República, a relação com o trabalho se fazia de uma maneira diferente, inclusive por causa dos ventos cosmopolitas que a cidade assumia, no Nordeste a idéia de trabalho com salário para a mulher era desqualificadora. Isso se devia, também, aos preconceitos relacionados ao escravismo e ao trabalho manual, no caso do Nordeste.

Estava o “modelo” pronto para se renegar o trabalho fora do lar. Assim, as possíveis escritoras, mesmo aquelas engajadas aos ideais republicanos, que lutavam por uma educação igualitária para homens e mulheres, ficavam perdidas, sem conseguir desvencilhar-se dos preconceitos do senso comum. Por isso, o posicionamento dessas escritoras seria diversificado, dependendo de seu lugar de “origem” na sociedade, da sua formação intelectual e do lugar de onde, como escritoras, falavam.¹³

O trabalho remunerado e fora do lar durante o fim do século XIX e início do XX era um espaço de impasses e de indecisões. De certa forma, a República brasileira desencadeava a demanda de mão-de-obra para a sociedade urbana e industrial, mas as restrições reiteradas pela Igreja Católica sobre o comportamento da mulher religiosa impediam

qualquer avanço que fomentasse salário ou remuneração de trabalho fora do âmbito do lar. Com isso, começava a se delinear um descompasso entre a vida urbana e cosmopolita do Rio de Janeiro, agora capital da República, e as zonas rurais do Norte e Nordeste e do Centro e Sul do país.

E a situação não se modificaria muito até a década de 1920, quando já era visível o crescente debate sobre a profissionalização da mulher, seja em favor de profissões de “colarinho-branco” (professoras, enfermeiras, datilógrafas, telefonistas, tarefas de escritório), como os que denomina Joan Scott,¹³ trabalhos destinados a mulheres de classes emergentes (pequena-burguesia), seja como um ofício (costureiras, chapeleiras, a indústria do vestuário), para mulheres pobres.¹⁴

Desde o seu desenvolvimento, a própria sociedade industrial questionava o trabalho remunerado para a mulher, considerando-o possível em certas fases do ciclo etário (como a jovem solteira), porém completamente contrário enquanto casada.

O positivismo de Comte veio reforçar tal atitude, por hipervalorizar seu papel como esposa e educadora dos futuros cidadãos do mundo. Todo esse constructo discursivo ancorava-se na exclusão da mulher do espaço público e do trabalho remunerado, principalmente as mulheres da classe burguesa. No entanto, as de classes pobres ascendentes não poderiam se dar o luxo de não trabalhar, e os empregadores (quase sempre de origem européia), apoiados nas construções culturais do feminino

e masculino, passaram a descrever os empregos como tendo características inerentes a cada um dos sexos. Assim, tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência, perseverança e rotina eram consideradas femininas, ao passo que força muscular, velocidade e habilidade, raciocínio significavam características de masculinidade.¹⁵

Embora com vozes discordantes, essa diferenciação entre os sexos construiu a categoria do trabalho feminino (excludente), pois se ajustava, supostamente, à sua natureza submissa, à sua capacidade para tolerar tarefas repetitivas e ao seu gosto pelo pormenor. Esses traços eram julgados “naturais”, assim como era “fato” o custo da mão-de-obra feminina ser necessariamente mais baixo do que o masculino, pois partia-se do pressuposto de que as mulheres eram menos produtivas e que só eram aptas para o trabalho em certos períodos da vida, bem como para certos tipos de trabalhos pouco qualificados, eventuais, principalmente aqueles destinados à área de serviços. Assim, seus salários mais baixos eram explicados pelos “guetos ocupacionais” e pela “natureza” diversa do homem, eleito como o provedor material da família.¹⁶

Acrescente-se ainda, principalmente no Nordeste, a relação do brasileiro com o trabalho. Esta categoria fundante da sociedade burguesa e moderna era vista de maneira desqualificada na região açucareira (de ideologia latifundiária e escravista), pois todo o trabalho, exceto o intelectual, era realizado pelo escravo, ou, mais tarde, pelas camadas constituídas de brancos

pobres e mestiços. A observação de Ina von Binzer sobre os costumes brasileiros de uma fazenda de café pode ser aplicada à sociedade agrária nordestina sem precisar de adaptações.

Ina von Binzer, jovem alemã que viria a ser preceptora no interior do Rio de Janeiro e lidou com os proprietários das fazendas de café em São Paulo, documenta sua admiração sobre a relação do brasileiro com o trabalho. Criada dentro dos parâmetros da modernidade (protestante) de seu país, apesar de no momento dessa observação ainda a autora ter a arrogância do sujeito originário de um país central descrevendo a periferia, ela é muito objetiva e explícita quando sinaliza, em pleno ano de 1881, a mesma questão que Machado de Assis, de outra maneira, trata de colocar em *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

Neste país, os pretos representam o papel principal; acho que no fundo são mais senhores do que escravos dos brasileiros. Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casa dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta.¹⁷

Em geral, as escritoras baianas pouco falam sobre a mulher e o trabalho em sua produção literária, embora se refiram ao trabalho da mulher negra. *En passant*, em seu livro de memórias,¹⁹ Anna Ribeiro, resgatando o labor da costura, ilumina a cena familiar do engenho de seus pais e ordena a cena com toda a hierarquização da branca

sobre a negra, da atividade intelectual sobre o trabalho manual:

A sala de jantar era a mesma da costura. Havia ali o estrado, indispensável em todas as casas, no qual, logo pela manhã, se achavam sentadas as costureiras e rendeiras com as almofadas e os competentes balaies contendo os utensílios de costura e as peças do vestuário em confecção [...]. As escravas, que nas outras vivendas não ousavam erguer os olhos para a senhora, falavam desassombradamente à minha mãe, pedindo-lhe explicações sobre qualquer coisa, e ela dava-lhas benevolamente, expressando-se de modo a fazer-se compreender. Se alguma se mostrava indolente ou descuidada, advertia-a sem aspereza dizendo:

– Olha que dessa maneira não acabas a costura; é preciso mais diligência!

E a rapariga a quem era feita a advertência abaixava a cabeça sem se mostrar ofendida porque reconhecia ter merecido a reprimenda. Isto observei eu, quando tive mais idade, na repetição de tais cenas.

Às vezes diziam as raparigas:

– Iaiá, conte uma história; a gente muito tempo cosendo tem sono.

E ela contava-lhes histórias quase sempre tiradas da Bíblia, próprias a incutir-lhes idéias de moral e de religião. Eu, que também já as apreciava, não me afastava, prestando-lhes toda a atenção.¹⁹

De certa maneira, a produção das escritoras publicada entre 1880 e 1920 não está isenta da chamada “antropofagia”, termo iluminador de Constância Duarte para referir-se às acomodações realizadas por Nísia Floresta entre o pensamento que vem

de fora do país e sua reconfiguração dentro dos parâmetros locais de cada região. Elas também tentam articular, sem perder de vista os seus contextos, as idéias da sociedade industrial e da sociedade agrária.

Com isso, percebe-se a dificuldade que elas demonstram em avançar na reflexão sobre a condição da mulher na família e no trabalho, porque elas mesmas têm introjetado os mecanismos e o discurso dominante que as afetam e dos quais elas não conseguem se desvencilhar sem ser consideradas feministas radicais, estigma de que todas corriam léguas para não serem alcunhadas. Assim, em seus textos elas obscurecem a própria liberação da mulher, como bem constatou Sylvia Paixão em seu estudo sobre os periódicos de autoria feminina:²⁰ “Quando se trata da mulher sair do seu ambiente doméstico e ingressar no espaço público, seja como escritora seja como jornalista os preconceitos e limitações não serão menores.” Porém, mesmo que elas quisessem sobreviver ou lutar pelo trabalho remunerado através do trabalho intelectual, este era vetado para a mulher.

Em 1850, começaram a aparecer, com mais frequência, versos de mulheres, que publicavam com a ressalva de não auferir nenhuma remuneração por seu trabalho. Essa situação era explicitada na capa ou no prefácio do livro. Em *Ecos da minh'alma*, de Adélia Fonseca, editado em 1866, logo na capa aparece a informação de que “o seu produto líquido seria aplicado a bem das famílias pobres dos bravos

da nossa armada, falecidos na Guerra do Sul”, mais conhecida como a Guerra do Paraguai.

Esse é o momento e o contexto em que viveu Amélia Rodrigues. E não era propício para uma mulher seguir uma carreira de escritora, a menos que tivesse a proteção do nome de família (recheada de médicos-escritores e jornalistas de renome), ou, como ela procurou, estrategicamente, a proteção e aval da Igreja.

As escritoras sempre tinham de vir à cena pública legitimadas, isto é, “marcadas” com o próprio sobrenome de família ou do marido, ou introduzidas pelos excelentes comentários de um crítico de renome sobre sua produção, condições que davam o aval e direito da mulher penetrar na vida pública.

Após a morte do pai, Amélia Rodrigues, para continuar nas letras, não podia usar de nenhuma das legitimações referidas e foi obrigada pelo desejo ou preferiu buscar o apoio da Igreja. Em 1893, quando foram lançadas as revistas religiosas, ela escreveu, pedindo apoio. Sua pequena introdução é uma peça hilariante de submissão e de contradiscurso:

[...] ia eu em caminho de renunciar ao prazer da correspondência, quando achei para o problema uma solução arquimedal, e disse com os meus botões – vou bater à porta da “Leituras”, esse mimo de imprensa religiosa e pedir-lhe um cantinho onde dirigir-me a Artêmia, [...] isto, sim senhora, nem mais nem menos: simplesmente um arrojo. E se as “Leituras” me mandarem plantar batatas?... Se me disserem que no sa-

lãozinho perfumado não tem ingresso quem deseja palrar por desfazio e que vá papaguear em outro ramo? Fico de asas cortadas! [...] Quem não arrisca, nem perde nem ganha. Insuflei-me de ânimo e lá fui. A condescendência com que me acolheram prova e de sobra o fato de estar eu aqui, de te achares tu a destrinçar toda essa enfiadeira de frioleiras alinhadas pela minha penazinha, que não saiu precisamente da oficina onde se fabricou... a de Rui Barbosa.²¹

Por outro lado, é lógico que a autora, ao abraçar a imprensa católica, que, por seu lado, tinha interesse em estabelecer relações mais estreitas com suas adeptas através de escritores que se dedicassem ao trabalho de doutrinação, Amélia Rodrigues, estrategicamente, tenha tido a necessidade de validação para se poupar das críticas da sociedade, por outro lado.²²

Inclusive a opção pelas tipografias católicas a obrigou a renunciar aos seus protestos e contestações à sociedade vigente. Pode-se até afirmar que sua estratégia virou-se contra ela, pois se, enquanto publicava em jornais, sua produção era marcadamente reivindicatória e crítica, no momento em que passou a ter espaço para se expressar, o veto para escrever determinados assuntos tornou-se explícito.

Essa opção foi gradativa e só se tornou efetiva em 1900, quando deixou de lado toda a atividade intelectual que não estivesse diretamente relacionada com a didática (ensino e formação dos jovens e das senhoras) ou com a doutrinação religiosa.

Mas a escritora, de qualquer maneira, foi bastante inteligente para

encontrar uma maneira de se expressar e construir um contradiscurso (ou uma escrita ambígua), podendo, assim, acompanhar, veladamente, os acontecimentos que repercutiam ou conturbavam a sociedade brasileira.

E ao ler às avessas seus textos atualmente, instrumentalizando-se com as teorias feministas, pode-se afirmar que ela estava engajada na luta pela igualdade da mulher através da instrução (seguindo o caminho de Nísia Floresta) e pelo direito ao voto (seguindo a primeira onda do feminismo).

Produção de Amélia Rodrigues²³

a) *Produção em verso*²⁴

Filenila (poemeto) Bahia, 1883.*

Bem-me-queres. Bahia: Esc. Tip. Salesianas, 1906.

Catecismo em cânticos. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1925; 2. ed. 1941.

Flores da Bíblia. (poesia) v. I, Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1923; v. II. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1933. (Póstumo).

b) *Contos*

Do meu arquivo; contos e fantasias.[?], 1913; 2. ed. Bahia: Livraria N. S. Auxiliadora, 1929.²⁵

Romances:

A promessa. Niterói: Esc. Prof. Salesianas, 1896 (Leituras Católicas); 2. ed. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1914. (Leituras Católicas, n. 83, ano II, nov. Fasc. XI)*

Mestra e mãe, 1898; 3. ed. Petrópolis: Ed. Centro da Boa Imprensa, 1925; 4. ed. Bahia: Liv. Ed. N. S. Auxiliadora, 1929.

Das Verprechen = “A promessa” (Versão de Lehnmann, ilustrada por Gustav Olms) (1903).*

Um casamento à moderna; romance. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1924.*

Biografias:

Uma flor do Desterro; biografia de Madre Vitória da Encarnação. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, [?]

Teatro:

Fausta (drama em 4 atos) 1886. (manuscrito).

A natividade (drama sacro), 1889. Música R. Domeneck. Cenários: Lopes Rodrigues.

A caridade. A porfia das flores. Bahia: Tip. Salesianas, 1901 (Leituras recreativas, 5).

Marieta das flores. O bilhete de loteria. Poesias. Bahia: Escola Tip. Salesianas, 1901 (Leituras recreativas).

O charlatão. 1901.*

A madrastra; drama em 1 ato. In: *Almanaque do Mensageiro da Fé*. Bahia: Tip. São Francisco, 1917. n. 3.

Borboleta e abelha (drama) Niterói: Esc. Prof. Salesianas, 1921; 4. ed. Petrópolis: Vozes (Palco juvenil).

Filho adotivo.* [?]

No campo da imprensa (farsa), 1916 (manuscrito).

Antes do leilão das flores, 1921.*

Peças infantis. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1922.

Arremedos de grande tom. Recife (Publicações dramáticas, 8).*

A educação. O afoito e o teimoso. A loteria de Madri ou a ocasião é que faz o ladrão. Recife (Publicações dramáticas, 10).*

Teatro infantil (1 fasc.), inclui: *Hoje, amanhã; Santos amores; O meu dever; Se dependesse de mim; As duas colegas; O ramo de flores*. Niterói: Esc. Prof. Salesianas (Leituras católicas, 232); 2. ed., 1922.

Teatro infantil (2 fasc.), inclui *Pedindo desculpas no começo de uma festa de férias; O anjo dos pobres; O pintor malogrado; A ralhadeira*. Niterói: Esc. Prof. Salesianas (Leituras dramáticas, 236).*

Almas sertanejas (drama nordestino em 3 atos). Lavrinhas/S. Paulo: Tip. Salesianas S. José, 1923. Leituras dramáticas de Lavrinhas. 2. ed. Niterói: Esc. Industrial D. Bosco, 1961. (Leituras católicas, n. 835).*

Teatro Infantil (3 fasc.) *O meu presente; As vontades de Leticia*. Niterói (Leituras católicas, 1909), 2. ed., 1924.

Dois gênios opostos. Niterói: Esc. Prof. Salesianas, 1924. (Leituras católicas)* *O vagabundo* (cômico-dramático). Recife (Publicações dramáticas, 121).*

As férias; Lembrança de uma festa colegial. Recife (Publicações dramáticas). (manuscrito).

A leitora de romances. Recife: Colégio Salesiano do Recife (Publicações dramáticas).*

Progresso feminino (comédia). Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1924 (Leituras católicas, n. 506).

O leilão da rosa; diálogo. Bahia: Instituto Feminino, 1926. Santa conspiração (manuscrito).

O mar (manuscrito).

Livros não literários:

O ódio sem fim; a propósito da perseguição religiosa. Bahia: Esc. Tip. Salesianas, 1901.

Ação social feminina. Niterói: Escolas Prof. Salesianas, 1923.

Verdadeira missão social da mulher (discurso inaugural da Associação das Damas de Maria Auxiliadora, em 4 de agosto de 1907). Bahia: Esc. Tip. Salesianas, 1907.

O feminismo e o lar; conferência pronunciada em 27. out. 1921, na Ass. dos Empregados do Comércio da Bahia. Niterói: Esc. Profissionais Salesianas, 1923. (Leituras católicas).

Traduções identificadas:

O Filho do Homem (de Ana Baronesa de Vom Krane).*

O presépio de São Francisco de Assis (de Frei Mateus Achneiderwerth).

O bufarinheiro. de Y D'Isné. Bahia. Escola Tip. Salesianas, 1902. (Leituras recreativas).

A Porteira Celeste; lenda da antiga Viçosa. Tradução do alemão pela autora.*

Responso de Santo Antônio. (versão de Amélia Rodrigues) *Orbe seráfico*, Bahia, 1.6.1932(?), ano IV, n. 12.*

Há, ainda, colaborações em vários outros periódicos de Salvador, Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Recife (não encontrados, apesar dos títulos e indicações).

Abstract

This is an analysis of the cultural context and the ideologies of the 19th century, particularly in the Recôncavo Baiano. The study departs from the productive context of writer Amélia Rodrigues and the study of the limitations and freedom she could express through her writing.

Key words: Amélia Rodrigues. Cultural context. Gender and power relations. Feminism.

Notas

- ¹ Amélia Augusta Rodrigues do Sacramento. N. 26.5.1861 M. 22.8.26.
- ² Apesar de todas as buscas, foi impossível encontrar um exemplar do livro. Portanto, não se sabe quais os temas e assuntos trabalhados pela jovem escritora.
- ³ Foi encontrada no acervo da autora, depositado no Instituto Feminino da Bahia, uma cópia manuscrita desse drama que foi resgatado e publicado no livro *Amélia Rodrigues: itinerários percorridos* (Ívia Alves, NICSA/Quarteto, 1998).
- ⁴ *Echo Santamarense*, periódico semanal publicado em Santo Amaro.
- ⁵ Encontrado o jornal na Biblioteca Central do Estado da Bahia, foi matéria de dissertação da atual Dra. Milena Britto, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.
- ⁶ A mudança obrigou-a a concorrer a novo concurso público, sendo nomeada para uma escola no bairro de Santo Antônio, além do Carmo, onde trabalhou até 1902, quando se aposentou por estafa. Tendo de manter-se e auxiliar na manutenção da família do irmão, Amélia passou a criar duas sobrinhas, além de exercer outras atividades.
- ⁷ Tendo pesquisado sua produção, bem como seu acervo, onde se encontram vários rascunhos, observa-se que a autora, ao focalizar o assunto mulher, instrução e igualdade, negocia com seu público. Um exemplo para tal comentário parte de um rascunho do mesmo tópico desenvolvido para uma palestra destinada às mulheres católicas de Salvador (um discurso mais moderado e conservador), que difere totalmente da palestra escrita para o público feminino do Rio de Janeiro.
- ⁸ A *Voz* foi publicada até 1920.
- ⁹ Padre Pedro Sinzing ficou conhecido com a publicação *Através dos romances*: guia para as consciências (Petrópolis: Vozes, 1923). "Trata-se de um livro de censura católica aos romances onde o autor comenta, em pequenos verbetes, 21.553 de 6.657 escritores. O critério moral é utilizado para condená-los ou recomendá-los aos leitores católicos". In: PAIVA, Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. O resgate da obra de Sinzing deu margem a se conhecer uma intensa correspondência entre a escritora e o frade sobre sintonias e parceria a favor da imprensa e da Igreja Católica.
- ¹⁰ Houve um incêndio nas oficinas da Vozes e o original ficou por longo tempo desaparecido. O segundo volume foi um resgate de Sinzing do que restou do sinistro.
- ¹¹ Talvez o esquecimento do seu nome se deva à publicação da maior parte de sua produção em gráficas religiosas, em revistas católicas ou dispersas em jornais, num momento cultural no qual os princípios republicanos e positivistas avançavam rapidamente e se incorporavam à

sociedade, transformando-a em uma sociedade laica. A maioria das pesquisadoras de viés feminista ainda não se deu conta das inúmeras produções de autoria feminina que se encontram dormindo nas bibliotecas públicas da ex-capital do país e nas pequenas bibliotecas de outros municípios.

- ¹² Basta dar uma rápida olhada nos dois volumes do livro organizado por Zahidé Muzart sobre as escritoras do século XIX, no livro intitulado *Escritoras brasileiras do século XIX*. (Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, respectivamente, v. I, 1999, e v. II, 2004).
- ¹³ SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Trad. de Maria Helena da Cruz Coelho et al. Porto/São Paulo: Afrontamento/Edbrasil, 1991. v. 4.
- ¹⁴ Observe-se que no fim do século já havia fábricas de tecelagem na Bahia, mas não há referências a operárias na produção literária, nem na produção jornalística. Desconfio de que por ser tal trabalho exercido por negras e mestiças, portanto provenientes dos estratos mais pobres da população, a visão de casta ou por elas não deterem legitimidade na sociedade, não poderiam ser tomadas como exemplo na luta pela instrução e liberação da mulher. As castas nessa sociedade fraturam e diversificam as lutas das mulheres. Vide estudos sociais e antropológicos sobre as fábricas suburbanas de Salvador, escritos por Cecília Sardenberg.
- ¹⁵ Não se pode deixar de comentar que a sociedade do século XXI está retomando de determinada forma, com nuances e sutilezas, o mesmo modelo naturalizado de diferenciação sexual construído pela modernidade ocidental.
- ¹⁶ SCOTT, Joan W. *A mulher trabalhadora*, op. cit.
- ¹⁷ BINZER, Ina Von. *Meus queridos romanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 40.
- ¹⁸ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo: infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 2.
- ¹⁹ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. op. cit., p. 65-66. v. 2.
- ²⁰ PAIXÃO, Sylvia. Mulheres em revista: a participação feminina no projeto modernista do Rio de Janeiro dos anos 20. In: FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 421.
- ²¹ Dinorah (pseud. Amélia Rodrigues). Cartas a uma amiga. In: *Leituras religiosas*. Niterói, 1893.
- ²² Interessante notar que por essa mesma época saía o romance *Lésbia*, cujo foco central da trama trata de uma escritora e das dificuldades de aceitação do público com um "ofício" naturalizado para homens.
- ²³ O resgate e o estudo da produção de Amélia Rodrigues originaram-se de um projeto, apoiado pelo CNPq (1995-2000), de autoria da pesquisadora e desdobrado pela então bolsista IC Milena Britto, que no mestrado analisou o

folhetim *O Mameluco*, publicado no semanário *Ecos Santamarense*, e no doutorado, com a tese intitulada *Entre a cruz e a pena*, toda a produção em verso da autora.

- ²⁴ Material localizado nas seguintes bibliotecas: Fundação Instituto Feminino da Bahia (encontra-se o acervo da autora, inclusive manuscritos), Biblioteca do Mosteiro de São Bento. Salvador. (Periódicos), Biblioteca do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia - Salvador. (Livros), Biblioteca Central do Estado da Bahia - Salvador (Livros e periódicos baianos), Biblioteca da Fundação Clemente Mariani. Salvador (Livros), Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro (Coleção Leituras Católicas).
- ²⁵ Vários outros contos foram encontrados em periódicos. A melhor bibliografia sobre a produção de Amélia Rodrigues pode ser encontrada na tese de doutorado de Milena Britto, porque a pesquisadora teve acesso às casas editoriais dos Salesianos, localizadas em Recife e no interior de Minas Gerais.

Referências

Acervo de Amélia Rodrigues (localizado na Fundação Instituto Feminino da Bahia).

ALVES, Ivã. *Amélia Rodrigues: itinerários percorridos*. Salvador: NCSA/Quarteto, 1998.

BINZER, Ina Von. *Meus queridos romanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo: infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 2.

BORMANN, Maria Benedita (Délia). *Lésbia*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

BRITTO, Milena. *Entre a cruz e a pena*. Tese (Doutorado) - ILUFBA.

MUZART, Zahidé. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999. v. I.

MUZART, Zahidé. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. v. II.

PAIVA, Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PAIXÃO, Sylvia. Mulheres em revista: a participação feminina no projeto modernista do Rio de Janeiro dos anos 20. In: FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Trad. de Maria Helena da Cruz Coelho et al. Porto/São Paulo: Afrontamento/Ebradil, 1991. v. 4.